

INVESTCO S.A.

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93
Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, e os principais fatos que marcaram a evolução do empreendimento.

Nosso objetivo é a construção e a exploração da usina Luis Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), localizada no Rio Tocantins, no Estado do Tocantins e do Sistema de Transmissão Associado.

A usina tem cinco turbinas, cada uma com a potência de 180,5 MW, sendo a potência total instalada de 902,5 MW, atingiu a condição de operação plena em novembro de 2002, e estão sendo cumpridas as metas em consonância com as orientações do Operador Nacional do Sistema-ONS.

A construção foi iniciada no final do primeiro semestre de 1998, e o montante investido até 31 de dezembro de 2005 foi de R\$ 1.451.035 mil, sendo R\$ 24.152 mil neste exercício. Desse total investido, 51% é proveniente de recursos dos acionistas e 49% de recursos de terceiros.

As fontes de financiamentos de recursos são:

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através do montante de R\$ 300.000 mil, sendo R\$ 180.000 mil financiados diretamente e R\$ 120.000 mil através de repasse dos seguintes agentes financeiros: Banco Itaú S.A. (líder), Banco Bradesco S.A., Banco BBA Creditanstalt S.A. e Banco ABC Brasil S.A..

- Banco da Amazônia S.A. – Basa, através do montante de R\$ 94.300 mil.

- Banco Fibra S.A., através do montante de R\$ 15.000 mil.

- A 1ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$ 250.000 mil.

- Emissão de Debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 82.300 mil.

- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, que participa como acionista de ações preferenciais nominativas classe “A” no valor de R\$ 20.035 mil.

Além dos recursos citados, ressaltamos a contribuição dos acionistas, que capitalizaram a empresa, com o valor de R\$ 773.395 mil.

O resultado do serviço, ou seja, antes do resultado financeiro foi positivo em R\$ 128.470 mil, tendo como destaque a receita operacional obtida com o arrendamento do ativo, às empresas acionistas detentoras da concessão compartilhada no valor de R\$ 214.762 mil.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 101.423 mil, em virtude dos encargos incorridos com empréstimos e financiamentos e debêntures.

O resultado não operacional foi positivo em R\$ 12 mil.

Como consequência, a Investco apresentou no exercício um lucro de R\$ 19.725 mil, após a dedução dos tributos.

Os serviços executados pelos auditores independentes ao longo deste exercício social referem-se somente à auditoria das demonstrações financeiras da companhia.

A empresa está se dedicando à otimização contínua das condições operacionais da Usina e à seqüência das atividades relacionadas com o meio ambiente, conforme estabelecido em comum acordo com os órgãos ambientais. Em 11 de agosto de 2005 foi requerida ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS a renovação da Licença de Operação da Usina Luis Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), atendendo aos prazos e requisitos legais, uma vez que a mesma venceria em 31 de dezembro de 2005. O referido Órgão Ambiental está ultimando a expedição da renovação da Licença de Operação, permanecendo em vigor, até então, a atual Licença.

No ano de 2005 dois fatos importantes devem ser destacados: a aprovação pela ANEEL de acréscimo na energia assegurada da usina Luis Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), que passou de 510,1 MW médios para 526,6 MW médios, e a obtenção do recorde anual de geração de energia, desde o início de operação, atingindo-se o total de 4.545.695,29 MWh.

Agradecemos nesta oportunidade aos senhores acionistas, aos nossos fornecedores, a dedicação de todos os funcionários, e o apoio de todos os órgãos governamentais.

A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES DO BALANÇO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

O Balanço social apresentado, foi preparado com base nos critérios definidos pelo IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

1 - Base de Cálculo	2005			2004			2005			2004		
	R\$	% sobre		R\$	% sobre		R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Receita líquida (RL).....	198.646			202.513								
Resultado operacional (RO).....	27.047			3.487								
Folha de pagamento bruta (FPB) .	5.311			5.081								
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Alimentação.....	393	7,40%	0,20%	327	6,44%	0,16%						
Encargos sociais compulsórios	1.640	30,88%	0,83%	1.582	31,14%	0,78%						
Previdência privada	-	-	-	-	-	-						
Saúde	255	4,80%	0,13%	342	6,73%	0,17%						
Segurança e saúde no trabalho ...	30	0,56%	0,02%	24	0,47%	0,01%						
Educação.....	47	0,88%	0,02%	42	0,83%	0,02%						
Cultura	1	0,02%	0,00%	3	0,06%	0,00%						
Capacitação e desenvolvimento profissional	26	0,49%	0,01%	35	0,69%	0,02%						
Creches ou auxílio-creche	-	-	-	-	-	-						
Participação nos lucros ou resultados	-	-	-	-	-	-						
Outros.....	-	-	-	-	-	-						
Total - Indicadores sociais internos	2.392	45,03%	1,21%	2.355	46,36%	1,16%						
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Educação.....	-	-	-	-	-	-						
Cultura	-	-	-	-	-	-						
Saúde e saneamento	-	-	-	-	-	-						
Esporte	2	0,01%	0,00%	-	-	-						
Combate à fome e segurança familiar	-	-	-	-	-	-						
Outros.....	19	0,07%	0,01%	496	14,22%	0,24%						
Total das contribuições para a sociedade	21	0,08%	0,01%	496	14,22%	0,24%						
Tributos (excluídos encargos sociais).....	30.713	113,55%	15,46%	21.316	611,30%	10,53%						
Total - Indicadores sociais externos	30.734	113,63%	15,47%	21.812	625,52%	10,77%						
4 - Indicadores Ambientais							R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa							268	0,99%	0,13%	313	8,98%	0,15%
Investimentos em programas e/ou projetos externos							21.745	80,40%	10,95%	16.396	470,20%	8,10%
Total dos investimentos em meio ambiente							22.013	81,39%	11,08%	16.709	479,18%	8,25%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa							(X) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	(X) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%		
							() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional												
Nº de empregados(as) ao final do período.....										93		98
Nº de admissões durante o período										11		14
Nº de empregados (as) terceirizados (as)										-		-
Nº de estagiários (as).....										5		6
Nº de empregados(as) acima de 45 anos.....										11		11
Nº de mulheres que trabalham na empresa.....										23		28
% de cargos de chefia ocupados por mulheres.....										-		-
Nº de negros(as) que trabalham na empresa.....										4		4
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)										-		-
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais.....										1		1

Demonstração complementar ao relatório da administração

INVESTCO S.A.

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93
Companhia Aberta

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	5.938	4.337	Fornecedores	2.543	12.524
Aplicações financeiras	60	6.454	Empréstimos e financiamentos	63.681	64.982
Concessionárias - suprimento	453	432	Debêntures	37.016	40.457
Rendas a receber - arrendamento	20.988	28.353	Impostos a recolher	9.239	6.782
Impostos a recuperar - imposto de renda	669	775	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.099	1.526
Despesas pagas antecipadamente	1.051	464	Credor - aquisição de imobilizado	107	5.700
Outros créditos	396	1.065	Provisão para contingências	8.070	7.313
Total do ativo circulante	29.555	41.880	Juros sobre o capital próprio	-	3.915
			Outros	6.263	1.280
			Total do passivo circulante	130.018	144.479
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Despesas pagas antecipadamente	5.887	6.895	Empréstimos e financiamentos	318.763	359.061
Total do ativo realizável a longo prazo	5.887	6.895	Debêntures	270.484	289.467
			Impostos a recolher	3.984	-
			Credor - aquisição de imobilizado	-	107
			Total do passivo exigível a longo prazo	593.231	648.635
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS PARA AUMENTO DE CAPITAL		
Imobilizado	1.451.035	1.464.224	Capital social subscrito e integralizado	756.206	745.840
Total do Ativo Permanente	1.451.035	1.464.224	Reserva de capital - ágio na emissão de ações	14.473	14.473
			Prejuízos acumulados	(30.202)	(49.927)
			Total do patrimônio líquido	740.477	710.386
			Recursos destinados para aumento de capital	22.751	9.499
			Total do patrimônio líquido e dos recursos destinados para aumento de capital	763.228	719.885
			TOTAL DO PASSIVO	1.486.477	1.512.999
TOTAL DO ATIVO	1.486.477	1.512.999			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2005	2004
RECEITA OPERACIONAL		
Suprimento de energia elétrica	4.132	3.647
Arrendamentos	214.762	219.169
Total da receita operacional	218.894	222.816
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
(-) Tributos sobre a receita (PIS e Cofins)	(20.248)	(20.303)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	198.646	202.513
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	(5.967)	(5.730)
Material	(859)	(822)
Serviços de terceiros	(6.426)	(5.430)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(15.163)	(11.835)
Taxa de fiscalização	(14)	(1.285)
Encargos de uso da rede elétrica	(924)	(761)
Energia elétrica comprada para revenda	(41)	(93)
Arrendamentos e aluguéis	(522)	(594)
Depreciação e amortização	(33.549)	(31.342)
Seguros	(2.826)	(3.197)
Tributos	(3.131)	(69)
Doações, contribuições e subvenções	(19)	(1)
Outras	(735)	(750)
Total das despesas operacionais	(70.176)	(61.909)
RESULTADO DO SERVIÇO	128.470	140.604
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		
Despesa financeira	(103.594)	(135.492)
Receita financeira	2.171	2.911
Total do resultado financeiro	(101.423)	(132.581)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-	(4.536)
RESULTADO OPERACIONAL	27.047	3.487
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	12	113
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DOS TRIBUTOS	27.059	3.600
TRIBUTOS		
Contribuição social	(1.948)	(256)
Imposto de renda	(5.386)	(688)
Total dos tributos	(7.334)	(944)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	19.725	2.656
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-	4.536
LUCRO DO EXERCÍCIO	19.725	7.192
LUCRO POR AÇÃO - R\$	0,03	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2005	2004
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	19.725	7.192
Despesas que não afetam o capital circulante:		
Depreciação	33.549	32.902
Encargos financeiros de longo prazo - líquidos	92.808	132.307
Outros	22	35
Total oriundo das operações sociais	146.104	172.436
Dos acionistas:		
Recursos destinados para aumento de capital	23.618	48.970
De terceiros:		
Aumento do exigível a longo prazo - fornecedores e credores	7.744	457
Transferência de valores do realizável a longo prazo para o circulante	1.008	1.573
Baixa do ativo imobilizado	3.770	-
Total oriundo de terceiros	12.522	2.030
Total das origens de recursos	182.244	223.436
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento do realizável a longo prazo	-	42
Aquisições do imobilizado	24.152	28.194
Juros sobre o capital próprio	-	4.536
Transferência para o passivo circulante de valores a longo prazo de empréstimos, financiamentos e debêntures	152.089	188.332
Transferência para o passivo circulante de valores a longo prazo de fornecedores, credores e impostos	3.867	10.272
Total das aplicações de recursos	180.108	231.376
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	2.136	(7.940)
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante:		
No início do exercício	41.880	34.985
No fim do exercício	29.555	41.880
Aumento (diminuição)	(12.325)	6.895
Passivo circulante:		
No início do exercício	144.479	129.644
No fim do exercício	130.018	144.479
Aumento (diminuição)	(14.461)	14.835
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	2.136	(7.940)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INVESTCO S.A.

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93
Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (*) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Recursos destinados para aumento de capital		Total
	Subscrito	A integralizar	Subscrito e integralizado	Ágio na emissão de ações			Total do patrimônio líquido	para aumento de capital	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	665.644	-	665.644	14.473	(52.583)	627.534	40.725	668.259	668.259
Adiantamento para aumento de capital.....	-	-	-	-	-	-	48.970	48.970	48.970
Ata da AGO/E - aumento de capital.....	80.196	-	80.196	-	-	80.196	(80.196)	-	-
Lucro do exercício.....	-	-	-	-	7.192	7.192	-	7.192	7.192
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	(4.536)	(4.536)	-	(4.536)	(4.536)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	745.840	-	745.840	14.473	(49.927)	710.386	9.499	719.885	719.885
Adiantamento para aumento de capital.....	-	-	-	-	-	-	23.618	23.618	23.618
Ata da AGO/E - aumento de capital.....	10.366	-	10.366	-	-	10.366	(10.366)	-	-
Lucro do exercício.....	-	-	-	-	19.725	19.725	-	19.725	19.725
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	756.206	-	756.206	14.473	(30.202)	740.477	22.751	763.228	763.228

(*) Incluem a movimentação dos recursos destinados para aumento de capital.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quantidade de ações e valor patrimonial da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Investco S.A. ("Companhia" ou "Investco") é uma sociedade de capital aberto e que tem como objeto principal estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especificamente através da construção e exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O início das operações comerciais da UHE Lajeado ocorreu em dezembro de 2001 com a entrada em operação da 1ª turbina, tendo a usina atingido a condição de operação plena em novembro de 2002. A usina tem cinco turbinas, cada uma com a potência de geração de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A energia elétrica produzida nessa usina é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do contrato de concessão, pelos concessionários integrantes do consórcio dessa usina, a saber: CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado, EDP Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Rede Lajeado Energia S.A..

O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997. Como retribuição pela outorga da concessão da usina, deverão ser pagas à União Federal no prazo de 29 anos, a partir de 2004, parcelas mensais equivalentes a 1/12 dos respectivos valores do pagamento anual, definidos no contrato de concessão, cujo montante global, em 16 de dezembro de 1997, é de R\$ 31.390 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2005 - R\$ 67.885), o qual é anualmente ajustado tomando como base a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Os valores pagos até 31 de dezembro de 2005 no montante de R\$ 5.558 foram contabilizados no resultado, como despesa. Nos próximos 12 meses deverá ser pago o valor de R\$ 3.128 (nota explicativa nº 10).

Em 28 de dezembro de 1998, o projeto de construção da UHE Lajeado foi aprovado pela extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, conforme Resolução do Conselho Deliberativo da Sudam nº 9.019, de 28 de dezembro de 1998, para receber recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, no montante de R\$ 569.250, do qual foi liberada a quantia de R\$ 20.035. Esses valores não são atualizados monetariamente.

Em outubro de 2003, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.2., o Ministério da Integração Nacional aprovou a liberação do montante de R\$ 82.300 provenientes de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM.

De acordo com o Relatório de Acompanhamento nº 059, de 17 de dezembro de 2002, da Inventariança Extrajudicial da extinta Sudam, não há nenhum fato que obste a liberação de recursos ou que possa caracterizar a irregularidade do projeto.

Através de carta datada 22 de junho de 2005, encaminhada à UGFIN - Unidade de Gerenciamento dos Fundos de Investimentos, a Companhia solicitou o CEI - Certificado de Empreendimento Implantado, para seu projeto e para finalizar sua participação no FINAM.

A Companhia mantém atualmente um quadro próprio de 93 funcionários (*).

(* Não passível de auditoria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras empresas do setor, a seguir descritas:

Aplicações financeiras - Estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado.

Rendas a receber - arrendamento - Incluem os valores de arrendamento dos ativos, contabilizados de acordo com o regime de competência.

Despesas pagas antecipadamente - longo prazo - Referem-se a despesas financeiras incorridas pela Companhia na colocação de debêntures, sendo amortizadas de acordo com o prazo de vencimento dessas debêntures.

Imobilizado - Está registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação está calculada pelo método linear com base nas taxas médias anuais mencionadas na nota explicativa nº 5, calculadas com base nas Unidades de Cadastro - UC que compõem o empreendimento, de acordo com a Resolução nº 002, de 24 de dezembro de 1997, alterada pela Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Estão atualizados pela variação monetária, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato e de acordo com as características de emissão de debêntures. Esses ajustes são apropriados ao resultado do exercício em despesas financeiras.

Fornecedores - Os passivos com os fornecedores sujeitos a reajustes de variação monetária por força contratual ou dispositivos legais estão atualizados até a data do balanço.

Provisão para contingências - são constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Contribuição social e imposto de renda - a provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Para fins de determinação da exigibilidade é considerada a absorção de prejuízos fiscais e contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A Companhia não registra impostos e contribuições diferidos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem perspectivas concretas de níveis de rentabilidade.

Resultado do exercício - As receitas e despesas estão registradas de acordo com o regime de competência. A atividade de geração representa 100% das operações da Companhia.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras da Companhia estão assim distribuídas:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	2005	2004
Banco Bradesco S.A.....	CDB	57	7
Banco Safra S.A.	Renda fixa	3	1.094
Bic Banco S.A.....	CDB	-	2.224
Banco da Amazônia S.A.....	CDB	-	1.107
Banco ABC Brasil S.A.	CDB	-	1.011
Banco Industrial do Brasil S.A..	CDB	-	1.011
Total		60	6.454

4. RENDAS A RECEBER - ARRENDAMENTO

Através de instrumento particular de 21 de julho de 2001, a Companhia arrendou às empresas detentoras da concessão compartilhada, a Rede Lajeado Energia S.A., a EDP Lajeado Energia S.A., a CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado e a Paulista Lajeado Energia S.A., frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos por ela, no mesmo percentual de suas participações na concessão.

O prazo de vigência é de 12 anos, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, e, a título de remuneração desse arrendamento, as arrendatárias pagam mensalmente um valor variável apurado por meio da aplicação de fórmula matemática, que tem como objetivo a cobertura das amortizações e dos encargos financeiros dos empréstimos obtidos pela Companhia, assim como das despesas operacionais.

As arrendatárias, em garantia ao integral cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do contrato de arrendamento, concederam à Companhia os seguintes direitos:

a) Os direitos emergentes da concessão.

b) Os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia e parte das receitas decorrentes da comercialização da energia gerada pela usina.

Os montantes registrados em rendas a receber (ativo) e receitas (resultado) estão assim representados:

	Ativo		Resultado	
	Rendas a receber	2005	2004	Receita
CEB Lajeado	3.154	9.601	42.953	43.833
EDP Lajeado	4.360	5.272	59.385	60.602
Paulista Lajeado	1.104	1.334	15.033	15.343
Rede Lajeado	12.370	12.146	97.391	99.391
Total	20.988	28.353	214.762	219.169

INVESTCO S.A.

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93
Companhia Aberta

5. IMOBILIZADO

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2005		2004	
Imobilizado em serviço:					
Geração.....	2,19	1.504.142	1.477.405		
Transmissão.....	2,55	43.468	43.468		
Subtotal.....		1.547.610	1.520.873		
(-) Depreciação acumulada.....		(125.893)	(92.401)		
Total do imobilizado em serviço.....		1.421.717	1.428.472		
Imobilizado em curso.....		29.318	35.752		
Total do imobilizado.....		1.451.035	1.464.224		

O valor das aquisições para o imobilizado no exercício de 2005 foi de R\$ 24.152, sendo R\$ 21.745 referente a investimentos ambientais decorrentes da implantação da usina.

6. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores da Companhia está assim demonstrado:

	Circulante	
	2005	2004
Voith Siemens Hydropower Generation Ltda.....	1.425	11.444
Outros.....	1.118	1.080
Total.....	2.543	12.524

7. CREDOR - AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO

	2005		2004	
Circulante.....	107	5.700		
Longo prazo.....	-	107		
Total.....	107	5.807		

Refere-se à compra de lotes de propriedade da Prefeitura de Palmas no valor total de R\$ 15.954. Essa aquisição está sendo paga em 36 parcelas, sendo estas corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, com vencimento no último dia útil de cada mês a partir de janeiro de 2003. Não há incidência de juros sobre essa operação.

Em 16 e 21 de dezembro de 2004, foram firmadas, respectivamente, as escrituras de cessão de crédito e de retificação e ratificação, pelas quais o Município de Palmas transferiu os créditos com a Investco no valor de R\$ 4.783 em favor da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - Celtins. Esse crédito está sendo pago em 14 parcelas mensais fixas, com vencimento da primeira parcela em 21 de dezembro de 2004. Até 31 de dezembro de 2005 foi pago o montante de R\$ 16.276.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Estão representados como segue:

	Circulante		Longo prazo	
	2005	2004	2005	2004
Moeda nacional:				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.....	32.333	28.592	254.764	276.003
Banco da Amazônia S.A. - Basa.....	19.351	19.490	63.999	83.058
Banco Fibra S.A.....	11.997	16.900	-	-
Total.....	63.681	64.982	318.763	359.061

b) As parcelas em longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	2005	2004
2006.....	-	59.559
2007.....	53.453	59.559
2008.....	56.879	59.559
2009.....	58.726	57.643
2010.....	53.255	48.047
2011.....	50.803	41.031
2012.....	45.647	33.663
Total.....	318.763	359.061

c) Finalidade, encargos financeiros e garantias concedidas:

BNDES

Em 3 de março de 2000, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um contrato de empréstimo-ponte para implantação da usina no valor de R\$ 100.000, liberado durante o exercício de 2000, com vencimento para 15 de março de 2001. A taxa de juros é de 5% ao ano. Esse empréstimo-ponte foi liquidado antecipadamente com o empréstimo obtido do BNDES, em 21 de setembro de 2000, conforme descrito no parágrafo seguinte.

Em 21 de setembro de 2000, foi firmado com o BNDES um outro contrato de financiamento no valor de R\$ 181.986, dividido em dois subcréditos; do subcrédito "A" foi liberado o valor de R\$ 78.033 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2005 - R\$ 72.900), o qual foi destinado à aquisição de equipamentos nacionais; e o subcrédito "B", no valor de R\$ 103.953 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2005 - R\$ 99.373), destinado à execução de obras e serviços na usina, foi utilizado na quitação do empréstimo-ponte mencionado acima. A taxa de juros é de 4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002, e mensalmente a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002.

Ainda em 21 de setembro de 2000, foi firmado um outro contrato de empréstimo com o BNDES e Bancos Agentes no valor de R\$ 120.000, com prazo de carência de 24 meses, que vem sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, do qual foram liberadas durante os exercícios de 2000 e de 2001 as quantias de R\$ 90.238 e de R\$ 30.323 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2005 - R\$ 114.824). A taxa de juros é de 4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência e mensalmente durante o período de amortização, com as prestações do principal.

Em garantia a esses empréstimos foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco S.A., nota promissória e cessão de direitos de contratos.

Basa

Em 30 de setembro de 1999, foi firmado contrato de financiamento com o Basa, no valor de R\$ 50.000 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2005 - R\$ 44.209) para a construção da usina, o qual está sendo amortizado em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 10 de novembro de 2003 e a última em 10 de outubro de 2009. Os encargos financeiros são de 14% ao ano, exigíveis mensalmente, e no período de carência será exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos, e os 50% restantes serão capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal.

Como garantia desse empréstimo foram dadas em caução receitas de empresas controladas pela Caiuá Serviços de Eletricidade S.A. (controladora da Rede Lajeado Energia S.A.) e a alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.

Em 28 de dezembro de 2000, a Companhia firmou outro contrato de financiamento com o Basa, no valor de R\$ 44.300 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2005 - R\$ 39.141). O prazo de amortização desse contrato é de 84 meses, incluídos 36 meses de carência. A primeira parcela do principal venceu em 10 de fevereiro de 2004 e a última prestação tem vencimento em 10 de janeiro de 2011. Os encargos financeiros são de 14% ao ano, exigíveis mensalmente, e no período de carência será exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos, e os 50% restantes serão capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal.

Em garantia a esse empréstimo foram dadas em caução receitas e hipoteca de três pequenas centrais hidrelétricas - PCH, de propriedade de empresas controladas pela Caiuá Serviços de Eletricidade S.A..

9. DEBÊNTURES

9.1. Debêntures - não conversíveis

Em fevereiro de 2002, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001). Essas debêntures têm o seu valor nominal atualizado a partir da data de emissão, pelo IGP-M, e fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios prefixados à taxa de 12,80% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Essas debêntures possuem fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Eletricidade de Portugal. A liquidação financeira ocorreu em 1º de março de 2002, pelo valor de R\$ 264.791.

Em 16 de dezembro de 2002, foi elaborado o 3º Aditivo à Escritura dessas debêntures que foi registrada em 13 de fevereiro de 2003 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas - TO, o qual cita no item 2 que conforme Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 23 de outubro de 2002, a totalidade dos debenturistas aprovou a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura e a inclusão do subitem 4.5.2.1 na Cláusula IV da Escritura. Como consequência dessas alterações, a atualização devida em 1º de novembro de 2002 foi capitalizada ao valor nominal das debêntures e será paga com a amortização programada no período de 1º de novembro de 2003 a 1º de novembro de 2011, a 11,11% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo contábil atualizado é de R\$ 198.604, sendo R\$ 37.016 no passivo circulante e R\$ 161.588 no exigível a longo prazo.

Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães (Lajeado).

Em 1º de novembro de 2005, foi pago o montante de R\$ 67.794, referente à atualização, juros remuneratórios e amortização do principal. Os recursos necessários para esse pagamento foram provenientes das disponibilidades em 30 de setembro de 2005, acrescidas a elas as parcelas de arrendamento (vide nota explicativa nº 4) e de aportes de recursos destinados a aumento de capital.

9.2. Debêntures conversíveis em ações - recursos do FINAM

Os Ofícios nº 657/MI, de 21 de agosto de 2003, e nº 725/SE/MI, de 22 de outubro de 2003, do Ministério da Integração Nacional autorizaram o Banco da Amazônia a subscrever e liberar recursos do FINAM, em favor da Companhia, oriundos do ano-calendário 2000, devendo a aplicação ser processada sob a forma de debêntures conversíveis em ações, como prevê o artigo 5º da Lei nº 8.167/91, no valor de R\$ 82.300. O Boletim de Subscrição dessas debêntures foi assinado em 6 de novembro de 2003 e a liberação desses recursos foi em 14 de novembro de 2003.

Em 16 de outubro de 2003, através do Ofício SFF/ANEEL nº 1.684/03, a ANEEL aprovou a emissão dessas debêntures.

Em 27 de outubro de 2003, foi celebrada a Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações e em 5 de novembro de 2003 foi registrada na Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS - sob nº 17461076. Essa emissão, aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária de 27 de outubro de 2003, corresponde a 82.300.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe "C", no valor nominal unitário de R\$ 1,00, com prazo de vencimento de oito anos, que inclui o período de carência de cinco anos. Essas debêntures farão jus à remuneração pela TJLP com encargos adicionais de 4% ao ano, pagáveis anualmente e calculados sobre os saldos devedores diários, a partir da data da liberação dos recursos.

As debêntures terão garantia flutuante e garantia adicional pela fiança solidária prestada pelos acionistas controladores da emissora.

A conversão em ações dar-se-á no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado - CEI, vedada a colocação secundária das debêntures.

As ações preferenciais classe "C" deverão ser subscritas e integralizadas exclusivamente com recursos do FINAM.

INVESTCO S.A.

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93
Companhia Aberta

Essas ações preferenciais classe "C", inconversíveis em ações ordinárias, não terão direito a voto e farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua contribuição no capital social e de dividendos suplementares caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores.

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo contábil atualizado é de R\$ 108.896 e está registrado no exigível a longo prazo.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATO DE CONCESSÃO

No que tange à concessão de uso do bem público (concessão onerosa), outorgado pela União, através do contrato nº 05/97, caso a operação fosse considerada como uma aquisição financiada seria registrada como ativo permanente imobilizado intangível, tendo como contrapartida passivo exigível de curto e longo prazos. Informamos a seguir os efeitos em 31 de dezembro de 2005 (valores nominais):

Ativo	Passivo	Encargos
31.390	67.885	36.495

Em 31 de dezembro de 2005 o valor total de R\$ 67.885 estaria assim distribuído: R\$ 3.128 no passivo circulante e R\$ 64.757 no exigível a longo prazo.

O valor do ativo corresponde ao valor integral da operação descrito no contrato de concessão, sendo o valor do passivo o valor anteriormente citado atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2005 de R\$ 67.885, líquido das amortizações ocorridas até 31 de dezembro de 2005 no valor de R\$ 5.558. Os encargos correspondem à diferença entre esses valores. Não há incidência de juros sobre o valor da obrigação. As condições de pagamento dessa obrigação estão descritas na nota explicativa nº 1.

11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.138.500, com emissão de até 302.705 mil ações ordinárias, 569.250 mil ações preferenciais classe "A" e 42.691 mil ações preferenciais classe "B", conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 25 de outubro de 1999.

Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o capital social subscrito e integralizado está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	2005	2004
Espécie/classe:		
Ordinárias (ON)	368.983	359.945
Preferenciais:		
Classe "R" (PNR)	234.452	234.452
Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Total	624.880	615.842
Valor patrimonial por lote de mil ações - R\$.....	<u>1.184,99</u>	<u>1.153,52</u>

As ações preferenciais classe "A" são obrigatoriamente integralizadas com recursos do FINAM.

As ações preferenciais, inconversíveis em ações ordinárias, não terão direito a voto e gozarão

das seguintes vantagens a partir da operação comercial da usina em sua potência plena, conforme disposto no artigo 7º. do estatuto social: (a) as ações preferenciais classe "R" farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da contribuição no capital social; (b) as ações preferenciais classe "A" farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva contribuição no capital social e de dividendos suplementares caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores; e (c) as ações preferenciais classe "B" farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor da respectiva contribuição no capital social.

As ações ordinárias será destinado o pagamento de dividendos de 25% do lucro líquido anual.

11.1 Ações Preferenciais classe "R" – negociação com a Eletrobrás

As ações preferenciais classe "R" seriam resgatáveis nas condições do Acordo de Acionistas de 1998 e seus respectivos aditivos, com início previsto para 30 de dezembro de 2003. A Administração da Companhia, nessa ocasião, iniciou processo de negociação com a Eletrobrás para estabelecer a melhor forma de resgate dessas ações.

O valor total integralizado dessas ações foi de R\$ 274.468, o qual inclui R\$ 12.468 que foram destinados à reserva de ágio na subscrição de ações.

Em 29 de dezembro de 2005, a Administração da Companhia concluiu o processo de negociação, cujo valor é de R\$ 1.067.259, mediante a formalização dos Instrumentos de compra e venda de ações, entre a Eletrobrás e as empresas acionistas da Investco detentoras da concessão compartilhada, a Rede Lajeado Energia S/A, a EDP Lajeado Energia S/A, CEB Lajeado Energia S/A – CEBLajeado e a Paulista Lajeado Energia S/A ("Lajeados").

A negociação contempla os seguintes pontos básicos:

- reestruturação do investimento da Eletrobrás mediante migração de sua participação na Investco, para as empresas detentoras da concessão compartilhada ("Lajeados");
- aquisição pelas empresas detentoras da concessão compartilhada ("Lajeados") de 234.452 mil ações preferenciais classe "R", correspondente à totalidade de ações de emissão da Investco de titularidade da Eletrobrás, pelo valor de R\$ 1.067.259;
- manutenção integral do valor do negócio, conforme pactuado no Acordo de Acionistas e seus respectivos aditivos;

d) pagamento das empresas detentoras da concessão compartilhada ("Lajeados") à Eletrobrás, da seguinte forma:

d.1 - R\$ 414.684 com novas ações subscritas pela Eletrobrás, correspondendo a 40,07% do seu capital social.

d.2 - R\$ 652.575 com títulos de Partes Beneficiárias, com rendimento igual a 10% do lucro antes das participações, com condição de conversibilidade em ações preferenciais ao final do período de concessão.

Em 15 de fevereiro de 2006 foi formalizado Distrato que torna sem efeito o Acordo de Acionistas da Investco de 1998, e seus respectivos Aditivos e cancela as garantias neles previstas.

Composição do capital social subscrito por acionista:

	Em milhares de ações									
	ON	%	PNR	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
Acionistas										
CEB Lajeado S.A.....	73.796	20,00	46.890	20,00	-	-	-	-	120.686	19,31
EDP Lajeado Energia S.A.....	102.029	27,65	64.830	27,65	-	-	-	-	166.859	26,70
Paulista Lajeado Energia S.A.....	25.829	7,00	16.412	7,00	-	-	-	-	42.241	6,76
Rede Lajeado Energia S.A.....	167.329	45,35	106.320	45,35	-	-	-	-	273.649	43,79
Fundos de Investimentos da Amazônia – Finam	-	-	-	-	5.002	30,71	-	-	5.002	0,80
Companhia Paranaense de Energia – Copel	-	-	-	-	4.949	30,39	644	12,50	5.593	0,90
Bardella S.A. - Indústrias Mecânicas.....	-	-	-	-	1.046	6,42	644	12,50	1.690	0,27
CESP - Companhia Energética de São Paulo	-	-	-	-	3.043	18,68	644	12,50	3.687	0,59
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	1.651	10,13	-	-	1.651	0,26
Outros.....	-	-	-	-	598	3,67	3.224	62,50	3.822	0,62
Total	368.983	100,00	234.452	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	624.880	100,00

12. RESERVA DE CAPITAL - ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES

Refere-se basicamente à atualização monetária verificada entre o preço de subscrição da ação até a sua efetiva integralização - R\$ 14.473.

13. RECURSOS DESTINADOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Referem-se a recursos aportados pelos acionistas titulares de ações ordinárias da Investco, conforme estabelecido no instrumento particular de acordo de acionistas, assinado em 31 de julho de 1998.

Em 2005 foi aportado o total de R\$ 23.618, tendo sido integralizado ao capital da Companhia o montante de R\$ 10.366. Os saldos de recursos destinados para aumento de capital em 31 de dezembro estão assim representados:

	2005	2004
Acionistas:		
CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado	4.550	1.206
EDP Lajeado Energia S.A.	6.291	2.868
Paulista Lajeado Energia S.A.....	1.593	725
Rede Lajeado Energia S.A.	10.317	4.700
Total	22.751	9.499

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para manutenção do capital de giro e suprimento do seu plano de investimentos.

A Administração da Companhia estima que os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos registrados em contas patrimoniais não apresentam diferenças significativas em relação aos valores de mercado.

O valor contábil dos instrumentos referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Risco de crédito

Como garantia do recebimento das parcelas registradas em rendas a receber - arrendamento, as arrendatárias concederam à Companhia os seguintes direitos em garantia do integral cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 4):

- Direitos emergentes da concessão.
- Os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia e parte de receitas decorrentes da comercialização da energia gerada pela usina.

INVESTCO S.A.

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93
Companhia Aberta

15. SEGUROS

O patrimônio, conforme a sua natureza e grau de risco, e de acordo com a política da Companhia, é coberto por apólices de seguro, renovadas anualmente.

A especificação por modalidade e data de vencimento está demonstrada a seguir:

Risco:	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio
		R\$	R\$
Risco operacional – todos os riscos - Cláusula IRB.....	01/01/07	246.500	2.668
Responsabilidade civil geral.....	30/09/06	20.000	31
Auto/RCF – veículos.....	01/08/06	804	17
Vida em grupo – funcionários.....	31/12/06	1.241	-

16. CRÉDITOS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia possuía o montante de R\$ 33.372, relativo a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis no montante de R\$ 8.070. Não foi constituído imposto de renda diferido sobre esses valores.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde a ações judiciais geradas à época da construção da usina, relacionadas à proteção, recuperação ou compensação ambiental e à reparação de impactos socioeconômicos. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para as causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, como segue:

	2005	2004
Desapropriações.....	5.365	4.935
Indenizações.....	1.509	1.200
Trabalhistas.....	1.069	1.068
Outras.....	127	110
Total.....	8.070	7.313

Essa provisão foi registrada no passivo circulante tendo como contrapartida o ativo imobilizado. A Administração da Companhia, baseada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisão suficiente em suas demonstrações contábeis ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

18. NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO

O Ministério das Minas e Energia - MME apresentou no final de 2003 as bases para uma ampla reforma institucional no setor elétrico brasileiro. As principais alterações no ambiente institucional foram definidas por meio da edição das Medidas Provisórias nº 144 e nº 145, as quais se

reverteram nas Leis nº 10.847/04 e nº 10.848/04, tendo sido a Lei nº 10.848/04 regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

O novo arranjo setorial tem como objetivo garantir a segurança no abastecimento de energia elétrica, promover a modicidade tarifária e acima de tudo criar um marco regulatório estável, com uma clara definição das funções e atribuições dos agentes institucionais.

Em resumo, as principais mudanças no âmbito institucional foram as seguintes:

a) transferência do Poder Concedente e de diversas outras atribuições atualmente delegadas à ANEEL para o MME, em que fica claro o papel do MME enquanto órgão mandatário da União.

b) a criação de três novos organismos, que, em resumo, centralizarão nas mãos do Executivo Federal o planejamento e o monitoramento da expansão da geração e da transmissão, além da administração do mercado, quais sejam:

- Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
- Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) a definição de novas regras para a comercialização de energia elétrica entre os agentes participantes do mercado, entre as quais destacamos:

- a expansão da oferta de energia elétrica por meio de competição (licitação de novos projetos de geração, com a celebração de contratos bilaterais de venda de energia elétrica de longo prazo, onde a licença ambiental será dada previamente ao leilão do empreendimento, reduzindo substancialmente os riscos do investidor);

- a coexistência de dois ambientes de contratação: Ambiente de Contratação Regulado (ACR), no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica envolvendo as distribuidoras e o Ambiente de Contratação Livre - ACL, no qual as operações de compra e venda são livremente negociadas;

- a orientação da atividade de distribuição somente para o serviço de rede e venda de energia elétrica para consumidores cativos, com a obrigatoriedade de atendimento de 100% de seus requisitos de energia elétrica.

- obrigação de lastro físico para os agentes de geração, a serem definidos pelo Ministério de Minas e Energia - MME;

- a proibição do "self-dealing", ou seja, a contratação de energia elétrica entre partes relacionadas;

- novas regras gerais para o tratamento da migração e a retração de consumidores livres.

d) reforça as funções de regulação, fiscalização e mediação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, além de organizar as funções de planejamento da expansão, de operação e de comercialização.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL regulamentou grande parte das questões referentes a Lei nº 10.848/04 e ao Decreto nº 5.163/04 através de resoluções. Já foram realizados 5 leilões de compra e venda de energia no Ambiente Regulado, sendo 4 leilões de energia de Usinas de Empreendimentos Existentes e 1 de energia de Usinas de Novos Empreendimentos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR

Presidente

ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO

Conselheiro Efetivo

CUSTÓDIO ALEXANDRE ROUXINOL MIGUÉNS

Conselheiro Efetivo

MAURO RAMOS MASSA

Conselheiro Efetivo

DIRETORIA

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR

Diretor Presidente

JOSÉ EDUARDO COSTANZO

Diretor Vice-Presidente Executivo

MAURÍCIO FERREIRA DINIZ

Diretor Vice-Presidente de Controle

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO

Diretora Vice-Presidente

CARMEM CAMPOS PEREIRA

Diretora Administrativa e Financeira e de Relação com Investidores

JOSÉ MANUEL DE MOURA LOPES ALVES

Diretor Gerente

CARLOS SOUZA BARROS DE CARVALHOSA

Diretor de Investimentos Incentivados

Luciano Alves Marques

Contador - CRC 1 SP 154818/O-1 S-TO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Nós membros efetivos do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base no Parecer dos Auditores Independentes, BOUCINHAS & CAMPOS + SOTECONTI Auditores Independentes S/S, e, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, encerrados em 31 de dezembro de 2005, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como o Relatório da Administração, concluímos que as peças refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia, e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Srs. Acionistas para sua aprovação em Assembléia Geral".

CONSELHO FISCAL

São Paulo, 07 de março de 2006

AUGUSTO EVANGELISTA DOS SANTOS FILHO

Conselheiro Efetivo

WILSON SOARES DOS SANTOS

Conselheiro Efetivo

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA

Conselheiro Efetivo

EDUARDO SOARES

Conselheiro Efetivo

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Investco S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da Investco S.A. levantado em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. A informação complementar compreendida pelo balanço social do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, publicada com o propósito de permitir análises adicionais, embora não requerida como parte integrante das demonstrações contábeis exigidas pela legislação societária brasileira, foi por nós examinada de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis da companhia tomadas em conjunto. A informação complementar compreendida pelo balanço social do exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentada para fins de comparação, não foi por nós examinada e nem por outros auditores independentes e conseqüentemente não estamos emitindo opinião sobre essa informação complementar.

5. As demonstrações contábeis relativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2004, cujos valores estão apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 02 de março de 2005.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2006.

BOUCINHAS & CAMPOS + SOTECONTI

Auditores Independentes S/S
CRC - 2SP 5.528/O-2

Toshio Nishioka

Contador
CRC-SP-104.690/O